

# Diário Oficial

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Administração do Exmo. Sr. Governador Robinson Faria

ANO 82 • NÚMERO: 13.425 NATAL, 28 DE ABRIL DE 2015 • TERÇA-FEIRA

## ATA DA OCTOGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - BIÊNIO 2013/2015

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, às nove horas da manhã, atendendo à convocação objeto da Portaria nº 175/2015-DPGE, compareceram na Sala de Reuniões da Defensoria Pública do Estado, localizada na Avenida Duque de Caxias, nº 102/104, bairro Ribeira, Natal/RN, os membros natos do Conselho Superior da Defensoria Pública, Dr. Nelson Murilo de Souza Lemos Neto (Subdefensor Público-Geral do Estado) e Dr. Clístenes Mikael de Lima Gadelha (Corregedor Geral da Defensoria Pública do Estado), os membros eleitos titulares, Dra. Suyane Iasnaya Bezerra de Góis Saldanha, Dra. Fabrícia Conceição Gomes Gaudêncio, Dra. Anna Karina Freitas de Oliveira e Dr. Rodrigo Gomes da Costa Lira, bem como o membro suplente Dr. Filipe de Albuquerque Rodrigues Pereira para participar da **Octogésima Sétima Sessão Ordinária do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte do biênio 2013/2015**. Justificadas as ausências da Presidente do Conselho Superior e Defensora Pública-Geral do Estado, Dra. Jeanne Karenina Santiago Bezerra, por se encontrar em viagem, representando a instituição na IV Reunião Ordinária do CONDEGE, razão pela qual a sessão fora aberta e encontra-se presidida pelo Subdefensor Público-Geral do Estado, e da Conselheira eleita Dra. Joana Darc de Almeida Bezerra Carvalho, em razão de ato judicial a que se faz imprescindível seu comparecimento. Ausente o Representante da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Rio Grande do Norte – ADPERN, Dr. Igor Melo Araújo. Havendo quórum, foi declarada aberta a sessão, passando-se à deliberação dos processos a seguir relacionados: Processo nº 53285/2015-3, Assunto: Criação de Núcleo Cível, Interessado: Defensoria Pública do Estado. O Conselho, à unanimidade, decidiu pela aprovação do requerimento para criação de Núcleo Especializado de Atuação Cível em Segunda Instância e Tribunais Superiores e considerando a necessidade de regulamentação das atribuições no novo núcleo, deliberou para designação de relatoria na pessoa da Defensora Pública Geral do Estado Dra Jeanne Karenina Santiago Bezerra para apresentação de minuta de resolução a ser submetida ao colegiado. Sobre a Apresentação dos Relatórios dos Núcleos Sedes e Especializados pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública, o Conselho, à unanimidade, buscando assegurar maior atuação institucional especializada, deliberou no sentido de recomendar a todos os Coordenadores dos Núcleos Especializados que observem e cumpram fiel e integralmente as respectivas atribuições, buscando proativamente o seu cumprimento em fomentar à defesa dos interesses de grupos sociais vulneráveis que mereçam especial proteção, aplicando-se as disposições do art. 6º da Resolução nº 68-CSDP, na hipótese de eventual descumprimento. Antes da apreciação do próximo processo, as 11h50min o Conselheiro Rodrigo Gomes da Costa Lira pediu para se ausentar da sessão, o que foi deferido. Processo nº 41351/2015-5, Assunto: Proposta para apreciação de resolução para unificar a regulamentação sobre diárias pagas aos Defensores Públicos e Servidores da Defensoria Pública do Estado, Interessado: Nelson Murilo de Souza Lemos Neto. O Conselho, à unanimidade, decidiu pela aprovação da Resolução nº 101/2015- CSDP que substituirá para todos os fins a antiga Res.90/2014-CSDP. Nada mais havendo a tratar, declarou-se encerrada a presente sessão. Eu, \_\_\_\_\_, Maria Conceição Oliveira, lavrei a presente, a qual, foi lida e aprovada nesta sessão.

**NELSON MURILO DE SOUZA LEMOS NETO**

Presidente em exercício

Membro Nato

**CLÍSTENES MIKAEL DE LIMA GADELHA**

Membro Nato

**FABRÍCIA CONCEIÇÃO GOMES GAUDÊNCIO**

Membro Eleita

**SUYANE IASNAYA BEZERRA DE GÓIS**

Membro eleita

**ANNA KARINA FREITAS DE OLIVEIRA**

Membro eleita

**RODRIGO GOMES DE LIRA**

Membro eleito

**FILIFE DE ALBUQUERQUE RODRIGUES PEREIRA**

Membro suplente

#### **RESOLUÇÃO Nº 101 /2015-CSDP**

Dispõe sobre a concessão e pagamento de diárias aos Defensores Públicos e Servidores da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte.

O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte, órgão da administração superior, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 102 da Lei Complementar Federal nº 80, de 12 de janeiro de 1994, bem como pelo art. 12, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 251, de 07 de julho de 2003,

**CONSIDERANDO** a autonomia administrativa e orçamentária da Defensoria Pública do Estado, expressa no art. 134, § 2º, da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** o poder normativo do Conselho Superior no âmbito da Defensoria Pública do Estado;

**CONSIDERANDO** o dever funcional dos Defensores Públicos em comparecer aos atos processuais e institucionais realizados fora do Núcleo Sede em que estejam lotados;

**CONSIDERANDO** a possibilidade de afastamento dos Defensores Públicos e Servidores, mediante autorização e/ou designação do Defensor Público-Geral do Estado, para estudo ou missão, no interesse da Defensoria Pública, em busca da eficiência no serviço público, na forma dos art.s 4º-A e 126 da Lei Complementar de nº 80/94;

**CONSIDERANDO** a necessidade de regulamentar e uniformizar procedimentos para Proposta e Concessão de Diária (PCD) e Relatório de Viagem (RV), bem como planejamento e controle, no âmbito da Defensoria Pública do Estado, no pagamento de diária aos Defensores Públicos Estaduais e Servidores, nas hipóteses de afastamento da sede de

lotação, em caráter transitório e eventual, em razão da sua atuação;

**CONSIDERANDO** a natureza indenizatória do pagamento de diária, com o fim de ressarcir as despesas de hospedagem, alimentação e locomoção suportadas em decorrência do afastamento a serviço da Defensoria Pública Estadual;

**CONSIDERANDO** os valores-base estabelecidos na Lei Complementar Estadual de nº 251/2003, com as alterações promovidas pela Lei Complementar 510/2014, bem como os previstos no Decreto Estadual nº 21.626, de 12 de abril de 2010 e demais disposições da Lei Complementar nº 122, de 30 de Junho de 1994;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** O membro da Defensoria Pública do Estado ou Servidor que, eventual ou transitoriamente, em decorrência do serviço, afastar-se do Núcleo Sede da Defensoria em que esteja lotado, para outro ponto do território estadual, nacional ou do exterior, fará jus a diárias para cobrir as despesas de hospedagem, alimentação e locomoção, sem prejuízo da eventual necessidade de fornecimento de passagens.

§1º Consideram-se despesas extraordinárias de alimentação os valores presumidamente despendidos com alimentos, em razão do deslocamento;

§2º Consideram-se despesas extraordinárias de hospedagem os valores presumidamente despendidos com hotéis, pousadas ou congêneres, fora da circunscrição territorial do Núcleo Sede da Defensoria Pública, em razão do deslocamento que necessite de pernoite no destino ou em trânsito;

§3º Consideram-se despesas extraordinárias de locomoção os valores presumidamente despendidos com transporte urbano, intermunicipal, interestadual ou internacional, ainda que utilizados veículos próprios, em razão do deslocamento;

**Art. 2º.** Também terá direito à percepção de diárias o Defensor Público ou Servidor que se afastar do cargo, temporariamente e mediante autorização do Defensor Público-Geral do Estado, para estudo ou missão, no país ou no exterior, bem como para participar de congressos, simpósios, seminários, palestras ou outros eventos científicos/institucionais, no interesse da Defensoria Pública do Estado.

**Art.3º.** O período de afastamento para o fim de concessão de diária terá como termos inicial e final, respectivamente, a data e a hora da partida e da chegada à sede ou origem.

**Art. 4º.** Para os Defensores Públicos, as diárias serão concedidas levando em consideração a distância entre o local da sede de exercício das atribuições e o destino final do afastamento, de acordo com os percentuais constantes do Anexo I da Lei Complementar nº 510/2014, sendo calculadas à razão de 1/30 (um trinta avos) do valor dos vencimentos do cargo que ocupa.

§ 1º Para aferição da distância, será utilizado o mapa rodoviário do Estado do Rio Grande do Norte, confeccionado pelo Departamento de Estradas e Rodagens do Estado, ou outro documento oficial, observado também como parâmetro para os deslocamentos aéreos.

§2º. As diárias são concedidas por dia de afastamento, sendo devidas em ½ (metade) do valor quando:

- I. Não houver pernoite fora do local de origem do deslocamento, retornando ao Núcleo Sede no mesmo dia da partida;
- II. A hospedagem no destino seja custeada por ente Federado, qualquer dos Poderes, órgãos ou entidades da Administração Pública;

§3º. É considerada pernoite, para fim de pagamento integral da diária, o deslocamento noturno entre 0 (zero) hora e 6 (seis) horas, ou quando a viagem iniciar ou terminar em dias diversos;

§4º iniciando e terminando em dias diversos, serão indenizadas em ½ (metade) as despesas do dia de início do deslocamento, sendo a diária integral destinada a indenizar as despesas de hospedagem, bem como todos os custos do dia posterior ou de chegada à origem.

**Art.5º.** Para os Servidores da Defensoria Pública, as diárias serão concedidas para as localidades e em razão do cargo, emprego ou função constante do art.3º do Decreto Estadual nº 21.626, de 12 de Abril de 2010, obedecidos os valores da tabela anexa ao mesmo ato normativo ou que vier a sucedê-lo.

§1º. A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devidas em ½ (metade) do valor quando:

- I. Não houver pernoite fora do local de origem, retornando ao Núcleo Sede no mesmo dia da partida;
- II. A hospedagem no destino seja custeada por ente Federado, qualquer dos Poderes, órgãos ou entidades da Administração Pública;

§2º No caso em que o deslocamento da sede consistir exigência permanente do cargo, o servidor não fará jus a diária;

**Art. 6º.** Não será devida diária:

- I - cujo requerimento tenha sido protocolizado com mais de 30 (trinta) dias da realização do deslocamento;
- II - quando o deslocamento não tenha ultrapassado os limites territoriais do Município integrante do Núcleo Sede onde estiver lotado o membro ou servidor beneficiado;
- III - quando o deslocamento se der para localidade onde resida o membro ou servidor beneficiado;
- IV - a Defensor Público ou Servidor em gozo de férias, licenças, afastamentos ou qualquer outra situação incompatível com a sua concessão.

**Art.7º.** A diária será paga antecipadamente, mediante crédito em conta corrente e em única parcela, podendo, excepcionalmente, ser paga no decorrer do deslocamento, em casos de urgência devidamente justificada na Proposta e Concessão da Diária.

**Art.8º.** Na hipótese do Defensor Público ou Servidor da Defensoria Pública retornar ao Núcleo Sede em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, restituirá as diárias recebidas em excesso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, à conta específica da Defensoria Pública do Estado, devendo comprovar a restituição com juntada de cópia do depósito no respectivo processo administrativo.

§1º. A diária será restituída em sua totalidade, no prazo estabelecido nesse artigo, quando, por qualquer circunstância, não ocorrer o deslocamento.

§2º. Será de inteira responsabilidade do Defensor Público ou Servidor as despesas decorrentes de eventuais alterações de deslocamento, datas e horários não previstos originalmente, quando não autorizadas ou deferidas pela administração superior.

**Art. 9º.** O requerimento de diária - permitido seu envio por meio digital, desde que condicionado à juntada do original em 5 (cinco) dias úteis - será dirigido ao Subdefensor Público-Geral do Estado e endereçado à sede administrativa da Defensoria Pública, localizada na Avenida Tavares de Lira, 102/104, bairro da Ribeira, Natal-RN, juntamente com o modelo de “Proposta e Concessão de Diária-PCD” (ANEXO I), oportunidade em que será autuado e numerado pelo Protocolo Geral da Defensoria Pública do Estado.

§1º. Para abertura e formalização do respectivo processo administrativo preliminar ao pagamento, o requerimento com a Proposta e Concessão de Diária deverá ser protocolado no máximo em até 3 (três) dias úteis anteriores ao previsto para o deslocamento, salvo nos casos urgentes, que deverão ser justificados na proposta, sob pena de indeferimento.

§2º O pagamento de diária deverá ser publicado em Boletim Administrativo, com indicação do proponente, Defensor Público ou Servidor beneficiado, descrição do respectivo cargo, quantidade de diária, valor total despendido, destino, período do afastamento e descrição dos serviços ou atividades desenvolvidas.

**Art.10.** O efetivo deslocamento que importe em pagamento de diária deverá ser comprovado mediante “Relatório de Viagem-RV” (ANEXO II) subscrito pelo beneficiado e juntado ao processo no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o regresso.

§1º. O Relatório de Viagem a que se refere esse artigo será encaminhado à Coordenadoria de Administração e Logística da Defensoria Pública, responsável pela instrução do processo de pagamento, que informará à Sub-Coordenadoria de Recursos Humanos para arquivamento das informações e descrição das atividades desenvolvidas em sistema eletrônico corporativo.

§2º. Na hipótese de deslocamento para participação em atos processuais, o beneficiário deverá anexar ao Relatório de Viagem termo de audiência com nome e assinatura do Defensor Público ou certidão da secretaria judiciária do foro de destino, com descrição dos serviços, número do processo, data e horário do ato processual realizado ou que deixou de se realizar;

§ 3º. No caso de deslocamento para participação em ações institucionais, incluindo reuniões convocadas pelo Defensor Público-Geral, Subdefensor Público-Geral ou Corregedor Geral, o beneficiário deverá juntar ao Relatório de Viagem cópia da notificação ou do ato de convocação/designação;

§ 4º. Nos casos de deslocamentos para participação em cursos, congressos ou eventos de natureza institucional, para prestação de contas à administração superior, o beneficiário deverá anexar ao Relatório de Viagem documento necessário à sua perfeita descrição, incluindo datas, locais e horários dos compromissos que comprovem o interesse público da viagem, tais como convocações, convites, programações, certificados ou folders, entre outros;

§ 5º. Quando efetivamente utilizar transporte aéreo custeado pela Defensoria Pública Estadual, o beneficiário deverá juntar ao Relatório de Viagem, cópias legíveis dos cartões de embarque, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da data do retorno.

**Art.11.** O beneficiário que não juntar ao respectivo processo administrativo o Relatório de Viagem, bem como desatender as formalidades de instrução dispostas no artigo anterior, ficará impedido de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade, e, passados 30 (trinta) dias do retorno, será notificado e obrigado a restituí-las.

**Art.12.** A Coordenadoria de Administração e Logística da Defensoria Pública fiscalizará a juntada do Relatório de Viagem ao processo concessório, acompanhado dos documentos necessários a sua comprovação, informando qualquer irregularidade à Subdefensoria Pública-Geral do Estado.

**Art.13.** Em caso de necessidade de devolução de diária, nas hipóteses previstas em lei e nesta resolução, ultrapassados os prazos aqui definidos, caso não seja efetivado o reembolso voluntário pelo Defensor Público ou Servidor beneficiado, após notificação, deverá o respectivo valor ser descontado na folha de pagamento seguinte.

**Art.14.** A concessão de diárias ficará condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte.

**Art. 15.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução 90/2014-CSDP.

**NELSON MURILO DE SOUZA LEMOS NETO**

Presidente em exercício

Membro Nato

**CLÍSTENES MIKAEL DE LIMA GADELHA**

Membro Nato

**FABRÍCIA CONCEIÇÃO GOMES GAUDÊNCIO**

Membro Eleita

**SUYANE IASNAYA BEZERRA DE GÓIS**

Membro eleita

**ANNA KARINA FREITAS DE OLIVEIRA**

Membro eleita

**RODRIGO GOMES DE LIRA**

Membro eleito

**FILIFE DE ALBUQUERQUE RODRIGUES PEREIRA**

Membro suplente

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
ANEXO I – PROPOSTA E CONCESSÃO DE DIÁRIA**

**PROPOSTA E CONCESSÃO DE DIÁRIA PARA MEMBROS E SERVIDORES**

**DA DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL (Res. Nº101/2015-CSDP)**

**REQUERENTE:**

**BENEFICIÁRIO:**

**MATRÍCULA:**

**CARGO:**

**NÚCLEO SEDE:**

**JUSTIFICATIVA DO DESLOCAMENTO (ATIVIDADE A SER DESEMPENHADA NO DESTINO):**

**JUSTIFICATIVA DE DESLOCAMENTO EMERGENCIAL ou COM DATA ATRASADA (Art.9º, §1º da Res.101/2015-CSDP):**

**INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O DESLOCAMENTO**

**ORIGEM:**

**DESTINO:**

**DATA DE PARTIDA:**

**HORA DE PARTIDA:**

**DATA DE CHEGADA:**

**HORA DE CHEGADA:**

**NECESSIDADE DE PERNOITE:**

**QUANTIDADE DE DIÁRIA: (        )**

**(    ) SIM (    ) NÃO**

**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

**NECESSIDADE DE VEÍCULO OFICIAL:**

**(    ) NÃO (    ) SIM**

**DECLARAÇÃO**

Para data e destino informado, o beneficiário recebe verba de substituição?

( ) NÃO

( ) SIM - limite de 1 (uma) diária por semana

( ) *Declaro-me ciente da obrigatoriedade de envio do Relatório de Viagem com documentos comprobatórios em até 30 (trinta) dias do deslocamento, bem como da juntada dos cartões de embarque, quando tratar-se de transporte aéreo, e do comprovante de transferência do ressarcimento de valores recebidos indevidamente ou em excesso, na conta de custeio da Defensoria Pública Estadual, Conta Corrente nº 10.571-6, agência 3795-8 do Banco do Brasil, em igual prazo.*

Local, Data.

Assinatura do Requerente

### CONCESSÃO

Após análise do pedido e diante das adequações legais pertinentes ao caso e conformidade com a Resolução de Nº 101/2015-CSDP,

( ) **DEFIRO A CONCESSÃO** conforme os dados constantes da proposta, autorizando a quantidade de diárias pretendidas como vantagem de natureza indenizatória a compensar as despesas, condicionado a disponibilidade orçamentária para o pagamento;

( ) **DEFIRO PARCIALMENTE O PEDIDO**, para que seja(m) concedida(s) \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) diária(s), autorizando a diária concedida como vantagem de natureza indenizatória a compensar as despesas, condicionado a disponibilidade orçamentária para o pagamento

( ) **INDEFIRO A CONCESSÃO**, com as devidas observações: \_\_\_\_\_

À Subcoordenadoria de Recursos Humanos da DPE, para providências cabíveis.

Natal,

Subdefensor Público-Geral do Estado do Rio Grande do Norte

### DADOS DO PAGAMENTO

Pagamento das diárias no valor de

R\$ \_\_\_\_\_ realizado por \_\_\_\_\_

liquidação de nº \_\_\_\_\_ e ordem bancária de nº \_\_\_\_\_ Banco Nº \_\_\_\_\_ em data de  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Natal,

**Chefe do Setor Financeiro**

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

**ANEXO II – RELATÓRIO DE VIAGEM**

**RELATÓRIO DE VIAGEM PARA MEMBROS E SERVIDORES  
DA DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL (Res. Nº101/2015-CSDP)**

REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_\_ (PCD  
Nº \_\_\_\_\_)

**BENEFICIÁRIO:**

**MATRÍCULA:**

**CARGO:**

**NÚCLEO SEDE:**

**JUSTIFICATIVA DO DESLOCAMENTO (ATIVIDADE DESEMPENHADA NO DESTINO):**

**INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O DESLOCAMENTO**

**ORIGEM:**

**DESTINO:**

**DATA DE PARTIDA:**

**HORA DE PARTIDA:**

**DATA DE CHEGADA:**

**HORA DE CHEGADA:**

**NECESSIDADE DE PERNOITE: ( ) SIM ( ) NÃO**

**QUANTIDADE DE DIÁRIA: ( )**

TRANSPORTE USADO: ( ) VEÍCULO PRÓPRIO ( ) AÉREO ( ) VEÍCULO OFICIAL

PLACA: \_\_\_\_\_

ODÔMETRO (SAÍDA:

CHEGADA:

)

### INFORMAÇÕES SOBRE AS DIÁRIAS

QUANTIDADE RECEBIDA: : ( )

VALOR TOTAL RECEBIDO (R\$):

RECEBIDA(S)

UTILIZADA(S)

A RESTITUIR

VALOR TOTAL NÃO  
UTILIZADO (R\$)

### DOCUMENTOS QUE ACOMPANHAM O RELATÓRIO DE VIAGEM (RESOLUÇÃO Nº 101-CSDP)

( ) termo de audiência com nome e assinatura do Defensor ou certidão da secretaria judiciária do foro de destino, com descrição dos serviços, número do processo, data e horário do ato processual realizado ou que deixou de realizar;

( ) cópia do ato de convocação/designação;

( ) documentos necessários à perfeita descrição do deslocamento com datas, locais e horários dos compromissos, tais como convocações, convites, programações, certificados ou folders, entre outros;

(....) cópias legíveis dos cartões de embarque, caso seja utilizado transporte aéreo.

(...)Outros: \_\_\_\_\_

À Coordenadoria de Administração e Logística da DPE, para JUNTADA deste documento ao respectivo processo concessório, nos termos da Resolução nº 101/2015-CSDP.

Local, Data

Beneficiário

---

**DESPACHO:** A Subcoordenadoria de Recursos Humanos da DPE para providências de arquivamento no sistema.

Natal,

Chefe da Coordenadoria de Administração e Logística